



NÚCLEO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE EM SÃO PAULO
COORDENAÇÃO-GERAL DO NÚCLEO ESTADUAL DE SÃO PAULO - CGNE/SP
Av. Nove de Julho, nº 611, - Bairro Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01313-000
Site - www.saude.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

(CHAMAMENTO PÚBLICO)

(LOCAÇÃO NOVA SEDE DO NÚCLEO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE / SP)

1. DO OBJETO

- 1 O presente documento tem por objeto a locação de imóvel comercial situado na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, para instalação da sede do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde - NEMS/SP, de acordo com as especificações deste Termo de Referência e do Apêndice I (Caderno Técnico de Especificações).

2. - MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA

- 1 O Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em São Paulo - NEMS/SP ocupa, atualmente, dois imóveis, sendo a Sede localizada na Avenida 9 de julho, nº 611 e outro imóvel (Arquivo) na Rua Japurá, nº 55 a 109, ambos próximos ao Terminal Bandeira de ônibus e à estação Anhangabaú do Metrô, na região central da cidade
- 2 A titularidade jurídica dos edifícios é do INSS, sucessor do patrimônio oriundo do antigo INAMPS. Em razão do INSS ter manifestado sua intenção de alienar o imóvel e de que não prosperaram as negociações com o Ministério da Saúde para efetivação da compra devido aos valores elevados para aquisição e reforma, faz-se necessário buscar um imóvel para sediar o NEMS/SP. A justificar a urgência na busca de outra sede, além dos fatores elencados no item 2.4 estão o fato de que o INSS informou que, desde março de 2017, está sendo cobrada taxa de ocupação no valor atual de R\$181.476,45 (cento e oitenta e um mil quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e cinco centavos), referente ao prédio da Avenida 9 de julho; e o valor de R\$35.946,15 ((trinta e cinco mil, novecentos e quarenta e seis reais e quinze centavos) referente ao prédio da Rua Japurá, conforme consta do Ofício nº 236/ INSS /21.301 de 21/02/2018; nº 52/INSS/21.301, de 20/02/2017, e do Ofício nº 58/INSS/21.301, de 21/03/2017, reiterando a legalidade da cobrança da referida taxa, inclusive, enfatizando o caráter urgente quanto ao pagamento das parcelas já vencidas.
- 3 Considerando que este Núcleo do Ministério da Saúde possui jurisdição para o Estado de São Paulo, o imóvel que abrigará a nova sede deverá permanecer localizado na Capital, ou seja, nos limites do Município de São Paulo, preferencialmente próximo à região central..Enfatize-se que o imóvel a ser locado deve estar localizado em região que ofereça a melhor oferta de meios de transportes públicos, tais como: metrô; trem. ônibus; fura-fila e troleibus para o atendimento à clientela institucional formada por Gestores Municipais e de entidades filantrópicas em razão do acompanhamento das propostas de convênios e emendas e, também, dos servidores inativos, a maioria de idade avançada, os quais frequentemente buscam os serviços da área de gestão de pessoas. O amparo legal para o critérios de cálculo de área e de localização estão devidamente previstos no Decreto nº 7689 de 02 de março de 2012 conforme segue:

Art. 3o "Nos contratos para aquisição, locação, nova construção ou ampliação de imóvel, deverá ser observada a área média de até nove metros quadrados de área útil para o trabalho individual, a ser utilizada por servidor, empregado, militar ou terceirizado que exerça suas atividades no imóvel."

Ressaltamos que embora o Decreto permita a utilização de "até 9 (nove) metros" para o trabalho individual; na planilha de cálculo de área útil (Apêndice II) foi considerado apenas 6 (seis) metros por servidor.

§ 2o Para a aquisição ou locação de imóvel devem ser consideradas todas as opções disponíveis no mercado, vedada restrição a qualquer bairro ou região, **salvo quando houver atendimento ao público, caso em que poderá ser privilegiada a localização do imóvel em razão da facilidade de acesso do público alvo.**

2. 4 Entre as principais dificuldades encontradas no imóvel atualmente ocupado podemos citar:

1. problemas nas instalações elétricas;
2. problemas críticos nas instalações hidráulicas;
3. estado de completa obsolescência dos elevadores;
4. rede lógica precária em razão da falta de estrutura para ampliação de cabeamentos que atendam as demandas atuais;
5. sistema de combate a incêndio precário, com ausência de sinalização de rotas de fuga e saída de emergência, portas corta fogo inoperantes e mangueiras inutilizadas;
6. ausência de sistema de climatização;
7. iluminação precária.
8. situação precária das janelas, gerando riscos aos transeuntes das vias no entorno do edifício;
9. situação crítica das instalações dos banheiros, tendo havido quedas frequentes de azulejos, infiltrações e mau funcionamento de torneiras;
10. situação crítica também nos pisos revestidos em tacos de madeira, não havendo mais forma de recuperação, havendo então a necessidade de troca de todo o piso;
11. acessibilidade precária para portadores de deficiência física;
12. impermeabilização das lajes inexistentes;
13. sistema de proteção contra descargas atmosféricas em estado crítico por perda de desempenho e funcionalidade.

3 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS

3. 1 O espaço físico necessário ao desenvolvimento das atividades da instituição, levando em consideração as atividades específicas de cada setor e o número de servidores, está definida na tabela constante do Apêndice I do presente Termo de Referência, respeitando-se o disposto no art. 3º do Decreto nº 7.689/12, que estabelece a área média de até 9 (nove) metros quadrados de área útil para o trabalho individual.

4 - VALOR ESTIMADO E ORÇAMENTO

4. 1 O valor da contratação será obtido por meio da prospecção do mercado imobiliário, e do processo de Chamamento Público. Através desse processo, será possível identificar a oferta de imóveis que atendem aos requisitos apresentados neste Termo de Referência e no Caderno de Especificações (Apêndice I).
4. 2 A partir do resultado da avaliação do imóvel ofertado e caso aceito pelo Ministério da Saúde, o imóvel será submetido ao laudo de avaliação. Em seguida, será emitida a Declaração de Disponibilidade Orçamentária, bem como a autorização para a contratação e demais exigências legais a serem observadas neste processo.

5. – CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

5. 1 A lei nº 8.666/1993, nos artigos 17 e 24 dispõe sobre as hipóteses em que a Administração poderá dispensar a licitação e contratar diretamente e, no artigo 25, trata da possibilidade jurídica ser efetuadas contratações diretas, independentemente de procedimento licitatório, caso caracterizada a inviabilidade de competição, elencando em seus incisos algumas situações especiais.

Dispõe o inciso X do artigo 24:

É dispensável a licitação:

(...)

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

5. 2 Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, São Paulo: Dialética, 2005, p.250, ensina que a contratação com base no dispositivo legal citado depende da evidenciação de três requisitos, a saber: a) necessidade de imóvel para desempenho das atividades administrativas; b) adequação de um determinado imóvel para satisfação das necessidades estatais; c) compatibilidade do preço (ou aluguel) com os parâmetros do mercado.
5. 3 Nesse sentido é também a orientação do Tribunal de Contas da União Proceda previamente à locação de qualquer imóvel, o criterioso estudo das necessidades operacionais (instalações localização), fazendo constar do processo, inclusive, informações referentes à compatibilidade do valor de locação com o preço de mercado, conforme previsto no inciso X do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, de forma a evitar pagamento de aluguel por áreas ociosas (Processo nº 009.118/2002-8).
5. 4 Portanto, as locações de imóveis realizadas por meio de dispensa de licitação, nos termos da legislação pertinente, deverão demonstrar que o imóvel escolhido é o único que atende as necessidades da Administração, evidenciando que as suas instalações e localização determinaram a escolha. Isto significa dizer que o Ministério da Saúde, em tese, tem o direito de escolher o imóvel, porém, precisa justificá-lo muito bem.

6. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO IMÓVEL

6. 1 A proposta deverá possuir, de forma expressa, as especificações do objeto em razão das exigências deste Termo de Referência, Caderno de Especificações, prazo de entrega do imóvel com as adaptações solicitadas, identificação dos responsáveis legais para assinatura de Contrato.
6. 2 Será aceita proposta que comprovar o atendimento das exigências mínimas deste Termo de Referência e **das especificações contidas no Caderno de Especificações e demais apêndices**. Para aceitação, a proposta deverá ser complementada com a planta de localização do terreno, planta baixa da benfeitoria e cópia do registro de imóveis.

7. - CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

7. 1 Além da documentação relativa à proposta comercial serão consultados os seguintes documentos:
1. Certidão de Regularidade do FGTS
 2. Certidão negativa de Débito com o INSS

3. Certidão Negativa de Débito com a Receita Federal
4. CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
5. CEIS – Portal da Transparência
6. CADIN – no SIAFI
7. Certidão negativa com a Receita Municipal
8. Certidão negativa com a Receita Estadual

8. – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (LOCADORA)

8. 1 O LOCADOR obriga-se a:

1. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância das especificações de sua proposta;
2. Entregar as cópias dos projetos, manuais e especificações para manutenção dos equipamentos instalados no imóvel;
3. Fornecer declaração atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte da Administração;
4. Executar o objeto em perfeitas condições, conforme proposta apresentada e exigências contidas no Termo de Referência e seus apêndices, garantindo durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;
5. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
6. Responder, em até 72h, solicitações do Ministério da Saúde, mediante telefone, fax, e-mail ou site a serem fornecidos, para resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas de utilização do objeto;
7. Atender prontamente qualquer exigência do representante do Ministério da Saúde inerente ao objeto do contrato;
8. Comunicar ao Ministério da Saúde, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
9. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, zelando sempre pelo seu bom desempenho, realizando os serviços ou entregando o objeto em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da contratante, observando os critérios de qualidade dos materiais a serem fornecidos, conforme prévia vistoria dos produtos a serem adquiridos, de modo a não alegar desconhecimento;
10. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência e Caderno Técnico de Especificações;
11. Arcar com as despesas referentes ao IPTU, seguro contra incêndio e condomínio, anteriores a locação e fornecedores de serviços incluídos no Condomínio.
12. Informar o LOCATÁRIO quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente.

9. – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (LOCATÁRIA)

9. 1 O LOCATÁRIO obriga-se a:

1. Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da contratada, na forma e no prazo estabelecido neste Termo de Referência;
2. Arcar com as despesas referentes ao IPTU, seguro contra incêndio e condomínio, durante a vigência do contrato de locação.
3. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato na forma estipulada pela Lei 8.666/93 e alterações;
4. Rejeitar o objeto quando não atender aos requisitos constantes nas especificações do Termo de Referência;
5. Indicar servidores (comissão) para atuarem como fiscais do contrato;
6. Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

7. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo contratado;
8. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo tratá-lo com o mesmo cuidado como se fosse patrimônio da União;
9. Restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;
10. Levar imediatamente ao conhecimento da locadora o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;
11. Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si, seus dependentes, familiares, visitantes ou prepostos;
12. Não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito da locadora;
13. Entregar à locadora os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida ao locatário;
14. Permitir a vistoria do imóvel pela locadora ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no art. 27 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991;
15. Cumprir integralmente a convenção de condomínio e os regulamentos internos;
16. Necessitando o imóvel de reparos urgentes, cuja realização incumba à locadora, o locatário é obrigado a consenti-los, sendo que, se os reparos durarem mais de dez dias, o locatário terá direito ao abatimento do aluguel, proporcional ao período excedente; se mais de trinta dias, poderá resilir o contrato.

10. - DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO

10. 1 A locatária, respeitadas as disposições legais e havendo consentimento da locadora, fica autorizada a fazer no imóvel as alterações e benfeitorias que tiver por necessidade aos seus serviços.
10. 2 Por ocasião da entrega do imóvel ao locatário, será feito um laudo de vistoria por ambas as partes.
10. 3 Finda a locação, o imóvel será restituído à locadora nas condições em que foi recebido, respeitando-se o laudo de vistoria.
10. 4 As alterações ou benfeitorias feitas com prévio e expresse consentimento da locadora passarão a integrar o imóvel ficando a locatária desobrigada do que dispõe o item 8.3.
10. 5 À locadora incumbe a obrigação de conservar o imóvel locado, e fazer reparações necessárias em virtude de defeitos ou danos, que não sejam de responsabilidade da locatária.

11. - PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO

11. 1 A execução do CONTRATO será acompanhada e fiscalizada em conformidade com os arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, o art. 6º do Decreto nº 2.271/97 e a Portaria nº 78/2006-GAB/MS, que “Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados no acompanhamento e fiscalização de execução dos contratos firmados no âmbito do Ministério da Saúde”.
11. 2 A Comissão de Fiscalização anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
11. 3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Fiscalização deverão ser encaminhadas à Autoridade Competente, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

11. 4 A Comissão de Fiscalização deverá atestar a fatura desde que constatada a execução do objeto em conformidade com o estabelecido no Contrato, no Termo de Referência, no Caderno de Especificações e na Proposta.

12. - PRAZO DE EXECUÇÃO

12. 1 A contratada terá o prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, para disponibilizar o imóvel locado devidamente configurado com toda a infraestrutura, materiais, serviços terceirizados e documentos especificados neste Termo de Referência e Caderno Técnico de Especificações, além daqueles exigidos pela legislação específica.

12. 2 O desembolso financeiro ocorrerá mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal/fatura pela locadora até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês de referência, conforme estabelecido na cláusula de pagamento deste Termo de Referência.

12. 3 O atraso na execução do objeto, sem justificativa e prévia comunicação aceita pelo Ministério da Saúde, implicará nas sanções previstas neste Termo de Referência e no contrato.

12. 4 Quando, decorrente de fato superveniente, desde que devidamente justificado e aceito pela Administração, poderá ser prorrogado os prazos de execução.

12. 5 Todos os custos diretos e indiretos referentes à execução do objeto estão inclusos no valor final ofertado, inclusive fretes e seguros.

13. – VIGÊNCIA DO CONTRATO

13. 1 Depois de constatado o atendimento das exigências do Termo de Referência pela Proponente e confirmada a adequação da proposta apresentada ao preço de mercado, constatada por meio de avaliação do imóvel, o contrato será assinado com os efeitos financeiros iniciados a partir da entrega do imóvel e mediante habite-se.

13. 2 Locadora, portanto, desde que garanta a entrega do imóvel no prazo exigido neste Termo de Referência, poderá aguardar a assinatura do Contrato para iniciar as adequações do imóvel às exigências neste documento.

13. 3 Para assinatura do Contrato, é necessário que a Locadora esteja com os documentos de habilitação exigidos neste Termo de Referência regulares e possua a documentação do imóvel quanto a propriedade e aprovação nos órgãos competentes, demonstrando-se que seja apto à instalação do Ministério da Saúde, nos moldes exigidos neste Documento.

13. 4 A proponente assinará contrato com vigência de 60 (sessenta) meses a contar de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por prazo indeterminado com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, nos termos do estabelecido na Orientação Normativa AGU nº 6, de abril de 2009:

“ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 1º DE ABRIL DE 2009

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS, NO QUAL A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É LOCATÁRIA, REGE-SE PELO ART. 51 DA LEI Nº 8.245, DE 1991, NÃO ESTANDO SUJEITA AO LIMITE MÁXIMO DE SESSENTA MESES, ESTIPULADO PELO INC.

II DO ART. 57, DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

INDEXAÇÃO. VIGÊNCIA. LIMITAÇÃO. CONTRATO DE LOCAÇÃO. IMÓVEL. ADMINISTRAÇÃO. LOCATÁRIA.

REFERÊNCIA: art. 62, § 3º e art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993; arts. 51 a 57 da Lei nº 8.245, de 1991; Decisão TCU 828/2000 – Plenário.

JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI”

13. 5 Caso não tenha interesse na prorrogação, o Locador deverá enviar comunicação escrita à Locatária, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data do término da vigência do contrato sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

13. 6 Este contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do artigo 8º da Lei nº 8.234, de 1991, ficando desde já autorizada a LOCATÁRIA a proceder à averbação deste instrumento na matrícula do imóvel junto ao Oficial de Registro de Imóveis competente, correndo as despesas decorrentes por conta da Locadora.

14. - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14. 1 A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no contrato, sujeitará o LOCADOR, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa moratória de até 02% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

c) Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória;

d) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Ministério da Saúde, pelo prazo de até dois anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o LOCADOR ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

f) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14. 2 Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas acima, as empresas ou profissionais que, em razão do presente contrato:

a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14. 3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo

administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14. 4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
14. 5 As multas devidas e/ou prejuízos causados à LOCATÁRIA serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
14. 6 Caso a LOCATÁRIA determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação da mesma.
14. 7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
14. 8 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis

15. - DO PAGAMENTO

15. 1 O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil após realizado o ateste da fatura/nota fiscal por fiscal designado para tal fim, e somente ocorrerá na data se a empresa apresentar as notas fiscais, mediante comprovação da regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Federal, dentre outros documentos exigidos na fase de habilitação, o que poderá ser aferido mediante consulta on-line ao sistema SICAF e/ou sites oficiais ou mediante a apresentação da respectiva documentação.
15. 2 O pagamento será creditado em favor da contratada, através de ordem bancária, gerada pelo SIAFI (Sistema integrado de Administração Financeira), contra qualquer entidade indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, a agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá até o prazo estipulado para o pagamento, desde que atendidas as condições exigidas acima.
15. 3 Será retida na fonte, quando do pagamento, os tributos elencados na Instrução Normativa Conjunta SRF/STN/SFC nº 480, de 15 de dezembro de 2004, da Secretaria da Receita Federal, ou de norma superveniente emitida por Órgão competente.
15. 4 Na hipótese de atraso do pagamento, fora do prazo estabelecido, cuja nota fiscal foi devidamente atestada e protocolada, em que a CONTRATADA não haja concorrido em motivo para tanto, o valor devido será atualizado financeiramente, a partir do 1º dia útil após a data limite estipulada até a data do efetivo pagamento, sendo definido como índice de atualização a Taxa de Referência (TR), pro rata temporis, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM= Atualização Financeira

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP=Valor da parcela a ser paga

I= Índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX/365) = (6/365) = 0,00016438$ (percentual da taxa anual de 6%), por dia incidente sobre o principal.

15. 5 Se na data da liquidação da obrigação por parte da CONTRATANTE restar demonstrada qualquer irregularidade em relação aos documentos exigidos para pagamento, a contratada

deverá apresentar, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, a sua regularização, sob pena de suspensão dos pagamentos devidos, reiniciando-se o prazo para pagamento somente após sanada a irregularidade, sendo que a CONTRATADA se obriga a comunicar tal situação à CONTRATANTE.

16. - DO REAJUSTE

16.1 Será admitido o reajuste do preço do aluguel da locação com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do (Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas-FGV, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

16. 2 O reajuste será formalizado no mesmo instrumento de prorrogação da vigência do contrato, ou por apostilamento, caso realizado em outra ocasião.

16. 3 A Administração deverá assegurar-se de que o novo valor do aluguel é compatível com os preços praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

17. - DISPOSIÇÕES FINAIS

17. 1 As especificações mínimas exigidas para ofertar imóvel encontram-se no Apêndice I deste Termo de Referência.

17. 2 As informações gerais que balizarão o Chamamento Público estão apresentadas no Edital.

18. - RELAÇÃO DE APÊNDICES

Apêndice I - **CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES II**

Apêndice II - **CÁLCULO DE ÁREAS II**

São Paulo, 03 de maio de 2018.

Nei Alves Flores

Matrícula 225.843

Presidente da Comissão Especial

Rene Cordeiro Silva Filho

Matrícula 599.970

Vice-Presidente da Comissão Especial

Antonio Afonso Scarpelini

Chefe da Divisão de Gestão Administrativa/SP

Marlene Aparecida Mazzo

Coordenadora Geral do Núcleo Estadual de São Paulo-**Substituta**

Aprovo o presente Termo de Referência com fulcro no art. 9º, inciso II, § 1º do Decreto nº 5.450/05, uma vez que o objeto a ser contratado é essencial para atender às demandas deste Núcleo Estadual do MS / SP, no sentido de garantir a manutenção de todas as suas atividades.

São Paulo, 03 de maio de 2018.

José Carlos da Silva Paludeto
Coordenador Geral do Núcleo Estadual de São Paulo



Documento assinado eletronicamente por **Nei Alves Flores, Arquiteto(a)**, em 03/05/2018, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rene Cordeiro Silva Filho, Engenheiro(a) Civil**, em 03/05/2018, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlene Aparecida Mazzo, Chefe da Divisão de Gestão de Convênios**, em 03/05/2018, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Afonso Scarpelini, Chefe da Divisão de Gestão Administrativa**, em 03/05/2018, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos da Silva Paludeto, Coordenador(a)-Geral do Núcleo Estadual de São Paulo**, em 03/05/2018, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3640766** e o código CRC **EEA17BF7**.

Referência: Processo nº 25004.400033/2017-01

SEI nº 3640766